

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



NEODESENVOLVIMENTISMO, POLÍTICA DE ENSINO SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL.

Mariana Aguiar Sousa¹

Rafael Ferreira Barroso²

Resumo:

O artigo aqui apresentado é resultado da coleta de dados realizada nos site da CAPES, INEP e CNPq que se configuram como frutos da pesquisa em andamento também sobre a temática que procura abordar, através de apontamentos iniciais, como se constitui a realidade do neodesenvolvimentismo no Brasil ligado à Política de Educação com um recorte para a pós-graduação. Através dos dados obtidos pudemos realizar discussões e reflexões em cima dos números referentes às matrículas e titulações, bem como aos dados referentes às matrículas no setor público e no privado.

Introdução

O presente artigo visa estudar a pós-graduação brasileira nos períodos de 2000 a 2016 e o debate tocante ao projeto neodesenvolvimentista dos governos Lula/Dilma (PT), partindo da premissa que o projeto é um desdobramento da política neoliberal, porém com uma abordagem de desenvolvimento social, contudo não rompendo com a estrutura do modelo da ortodoxia liberal da década de 1990 e entrada do novo milênio. Nossa análise tem os dados coletados referentes ao período de 1992 a 2016 (graduação) e 1998 a 2016 (pós-graduação), o período citado conta com três governos diferentes que estiveram à frente da presidência no Brasil.

O estágio aberto pelos governos dos partidos dos trabalhadores (PT), especificamente no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é que vai marcar o projeto de crescimento econômico com equidade social, direcionando políticas macroeconômicas referentes a programas sociais e reformas aos sistemas financeiros, educacionais e de inovação tecnológica (CASTELO. 2012).

No que toca ao sistema educacional verifica-se um crescimento dos números de matrículas em cursos de graduação. No ano de 2000 foram registrados 2.694.245 matrículas presenciais, em 2005 é dado um salto para 4.453.156, ou seja, houve neste lustro o crescimento que ultrapassa 60% de matrículas nos cursos de graduação na modalidade

¹ Graduanda em Serviço Social na UECE; Bolsista ICT/Funcap vinculada ao Laboratório CETROS – UECE, mariana.aguiar@aluno.uece.br

² Graduando em Serviço Social na UECE; Bolsista IC/Funcap vinculado ao Laboratório CETROS – UECE, rafaelferreira073@gmail.com

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



presencial no Brasil (MEC/INEP). Esta expansão tem como principal impulsionador o redirecionamento do fundo público para programas de financeirização do ensino superior tal como FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e PROUNI (Programa Universidade Para Todos), na qual no ano de 2005 investiu R\$ 1.443.483.558 nestes programas (Chaves, Reis, Guimarães. 2018). Apresenta-se, também, a política governamental REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) que possibilitou o avanço de dezoito universidades federais no lapso governamental petista. Portanto, neste breve quadro, supõe-se uma democratização do ensino superior brasileiro.

No mesmo ritmo a pós-graduação no Brasil, segue a lógica expansionista, sendo registrado no ano de 2016 um total de 266.818 matrículas em pós-graduação, aumento de 93.406 matrículas em análise com o ano de 2010, do qual foi registrado 173.412. Neste primeiro momento é possível uma análise positiva da política neodesenvolvimentista no sistema educacional, no entanto tentaremos aprofundar como se deram essas novas entradas no ensino superior e na pós- graduação, com a finalidade de romper com as aparências desta política.

O trabalho objetiva uma compreensão das políticas de ensino superior analisando suas potencialidades e limites enquanto política de conciliação de classes. É também parte do resultado da pesquisa elaborada pelo Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS), que tem como um dos seus eixos o estudo do período neodesenvolvimentista e a política de ensino superior no Brasil através da leitura de autores que comungam com o projeto em questão assumindo o sufixo “Neo” para sustentar uma nova fase do desenvolvimentismo rompendo com a ortodoxia liberal, bem como autores que irão assumir a crítica sobre o neodesenvolvimentismo, declarando o seu caráter de continuidade do projeto liberal estabelecido anteriormente. Diante desta apreciação literária teremos base para incitar um debate mais sólido e crítico. O texto que o leitor tem em mãos assume como pressuposto a segunda dimensão anteriormente apresentada, ou seja, a crítica ao projeto político-econômico neodesenvolvimentista, compreendendo-o como um desdobramento da agenda liberal, mas se vestindo de uma peculiaridade supostamente social. Serão apresentados dados quantitativos coletados na pesquisa mencionada a fim de lançá-la sob a luz analítica da teoria social crítica.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



1. **Debate do neodesenvolvimentismo: crescimento econômico com equidade social.**

O debate teórico sobre o neodesenvolvimentismo tem como seu maior impulsionador e defensor o economista Bresser-Pereira, que defende essa teoria como sendo uma nova escola de pensamento da economia política do qual, segundo o autor, avança sobre o desenvolvimentismo clássico e rompe com a concepção liberal.

No novo desenvolvimentismo tem o Estado sendo “capaz como aquele dotado de legitimidade política, administração competente e capacidade de financiar internamente grandes investimentos” (BRESSER-PEREIRA. 2016, p.241) pretendendo um crescimento econômico continuado, visando, também, um Estado social hábil em investimentos nos serviços sociais universais de educação, saúde e previdência social, ou seja, o Estado disposto como peça fundamental para o desenvolvimento econômico e social.

Na política microeconômica o Estado tende ter a função de impulsionador da competitividade nos setores onde não ocorre competição, e este ficaria de fora nos setores competitivos, nota-se aqui um viés que se afasta dos ideais liberais clássicos, que acreditam que o mercado sendo o único regulador da competitividade. No novo desenvolvimentismo acredita-se que os pequenos investidores seriam incapazes de competir com os grandes, sendo, portanto, excluídos e podendo quebrar, por isso a importância do Estado para criar condições objetivas competitivas para os investidores, independente de seu tamanho.

No que toca a macroeconomia Bresser-pereira afirma

Diferentemente da macroeconomia convencional, ela está fortemente interessada nos cinco preços macroeconômicos: a taxa de lucro, que deve ser satisfatória para as empresas investirem, a taxa de juros cujo nível em torno do qual o banco central realiza a política monetária deve ser baixo, a taxa de câmbio que deve tornar competitivas as empresas que utilizam tecnologia no estado da arte mundial, a taxa de salários que deve ser compatível com a taxa de lucro satisfatória crescendo com o aumento da produtividade, e a taxa de inflação que deve ser muito baixa.(BRESSER-PEREIRA. 2016, p.155)

Estes cinco preços macroeconômicos, na visão do economista, tendem ser mantidas o mais equilibrado possível, tendo como objetivo fundamental o emprego, estabilidade financeira e os preços. Em síntese, a política macroeconômica “o curto prazo, a política fiscal deve ser rigorosamente contracíclica; no longo prazo, deve apresentar uma poupança pública que, somada a um déficit primário que não aumente a relação dívida pública/PIB, financie de

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



modo satisfatório os investimentos públicos necessários” (BRESSER-PEREIRA. 2016, p.162).

Outra característica do novo desenvolvimentismo é sua atuação para a valorização do salário mínimo, uma carga tributária progressista e a criação de políticas para fomentar um Estado social. Todo esse quadro são algumas das características do novo desenvolvimentismo, para que deem suporte para um crescimento econômico com equidade social. Em tese o novo desenvolvimentismo prega “a construção de uma economia de mercado forte depende da existência de um Estado forte, não no sentido de produzir diretamente, a partir de empresas estatais, bens e serviços, mas atuando como uma instância reguladora das atividades econômicas” (CASTELO. 2007, p.5).

Os críticos a essa concepção de Bresser-pereira sobre o novo desenvolvimentismo irão argumentar que não ocorreram mudanças significativas para que se rompesse totalmente com a ortodoxia liberal. A crise que se intensificou a partir do ano de 2008, era a demonstração da falência do projeto neoliberal dos anos 90 do século XX no Brasil, abrindo para surgimentos de novos projetos, deste momento que surgiu a alternativa com fim de manter a estrutura de acumulação de capital, o que aqui estamos tendo como referência o novo desenvolvimentismo, Teixeira nos aponta que “o neodesenvolvimentismo é apolítica alternativa possível ao programa neoliberal monetarista dos anos de 1990” (TEIXEIRA. 2016, p.94-95).

O pesquisador Rodrigo Castelo adota, referente ao período em questão, a nomenclatura social-liberalismo, pois com a crise que se instaurava no cone sul nos anos de 1990 as franjas neoliberais tenderam a aderir uma “agenda social, buscando dar uma face humana ao desenvolvimento e á globalização para reduzir as tensões sociais e políticas. Uma terceira via entre o mercado e o socialismo” (CASTELO, 2016, p.47). Este projeto reconhece as falhas do mercado e suas implicações, em tempo de crise, sobre as camadas mais vulneráveis e a questão ambiental, devido a esta consciência o Estado é acionado a “ter uma atuação mais nas expressões da ‘questão social’, como a pobreza [...]” (CASTELO. 2016, p.47), essa nova organização do estado não exaure a estrutura do capital, a exploração e a premissa da lucratividade.

As medidas governamentais do social liberalismo nos governos de lula não modificaram a estrutura rentista, Castelo destaca que, “durante os oitos anos de mandato do

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



governo lula os lucros de nove bancos bateram recordes, contabilizando R\$ 174 bilhões [...] (CASTELO. 2016, p.54), o mesmo autor ainda afirma que nesse período o tripé macroeconômico se manteve “junto com a liberalização comercial e financeira e as privatizações de nova geração (concessões, parcerias públicas privadas, organizações sociais etc.)” (CASTELO. 2016, p.58-59), em suma, o social liberalismo manteve sua política econômica sem mudanças significativas que rompam com a ortodoxia liberal, como acredita Bresser-pereira.

O que podemos observa de “novo” durante este período em estudo é a atuação do Estado como regulador da economia, de acordo com Gonçalves, as políticas macroeconômicas não se distancia com a ortodoxia liberal, o autor tendo como base do consenso de Washington para definir as políticas macroeconômicas neoliberais, nos indica que “no que se refere à questão da taxa de câmbio o novo desenvolvimentismo aproxima-se do Consenso de Washington, que é particularmente claro sobre essa questão ao recomendar a flutuação administrada segundo o critério da paridade do poder de compra, ou seja, o foco é a competitividade internacional” (GONCALVES. 2012, p.659). Outro aspecto identificado pelo autor toca a liberação comercial, pois Bresser-pereira acredita sendo um dos pilares do neodesenvolvimentismo, Goncalves faz seguinte afirmação “A liberalização comercial também é um dos pontos principais do Consenso de Washington e do neoliberalismo” (GONCALVES. 2012, p.659), ou seja, o neodesenvolvimentismo aproxima com os ideais ortodoxos, porém de forma revisionada.

Na visão de Plinio de Arruda Sampaio Jr. o projeto neodesenvolvimentista ao propor um crescimento econômico para enfrentar os problemas sociais deixa de lado que algumas considerações, pois “não se questiona a possibilidade de a igualdade social e a soberania nacional serem simplesmente antagônicas com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia” (SAMPAIO JR. 2012, p.680), portanto servindo apenas como uma ideologia que iria diferenciar momentos políticos diferentes, governo lula e governo FHC, utilizando o “mito de crescimento como solução para os problemas do país, iludindo as massas” (SAMPAIO JR. 2012, p.286).

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



No que relaciona a ação do Estado na esfera social as políticas sociais voltam-se para o enfrentamento de forma focalizada sendo para

proteger os mais pobres sem ameaça de instabilidade e que não prejudique a política [...] de superávit primário, destinado ao pagamento de juros do grande capital, tampouco desatrelar ou desviar os fundos públicos destinados a financiar as grandes empresas. [...] uma política de assistência á pobreza; aos donos do capital, recursos e liberdade para acumular. (TEIXEIRA. 2016, p.98-99)

Ou seja, as políticas sociais que caracterizou o período neodesenvolvimentista agiam de acordo com os ditames das grandes instituições financeiras que, nas palavras de Teixeira, se dizem *amigas dos pobres* (FMI e Banco Mundial). Sendo assim, o Estado assume uma roupagem que preserva o bem-estar social e os interesses de toda a nação.

Estes são alguns dos teóricos que debatem o período dos governos Lula\Dilma (PT), com a denominação de neodesenvolvimentismo, um projeto econômico político que prega a atuação de um estado forte tanto para a economia como para o social, implementando políticas de valorização do salário mínimo e políticas sociais, e no outro polo, medidas como “desonerações fiscais e financiamento do capital monopolista nacional via Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS)” (CASTELO. 2016, p.49). A educação se encontra com um do setor que tiveram investimento do Estado, podendo assim alavancar os números de matrículas nas instituições de ensino superior no Brasil, além do aumento das EADs Veremos neste segundo momento o ensino superior brasileiro no projeto neodesenvolvimentista.

2. Ensino Superior brasileiro: limites e possibilidades.

O ensino superior no Brasil possui um caráter bastante elitista, assim, desde os seus primeiros anos e criação das primeiras universidades, apontou sempre para uma formação voltada às classe abastardas da sociedade. Esse modelo por muito se perpetuou e resulta no que conhecemos hoje da universidade como espaço de privilégio e branco. Com mais uma crise cíclica do capital nos anos de 1970, o modelo econômico mundial aponta para mais uma empreitada, com a financeirização do capital e com a ideologia neoliberal, essa que mantém junto às políticas públicas uma relação de contradição e diminuição do papel do Estado na garantia das mesmas. Dessa forma, a educação também não se isenta dessa lógica e é diretamente afetado com a mercantilização e precarização do ensino. Na adequação ao sistema burguês onde a educação é vista como mais um campo passível de lucratividade. O

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

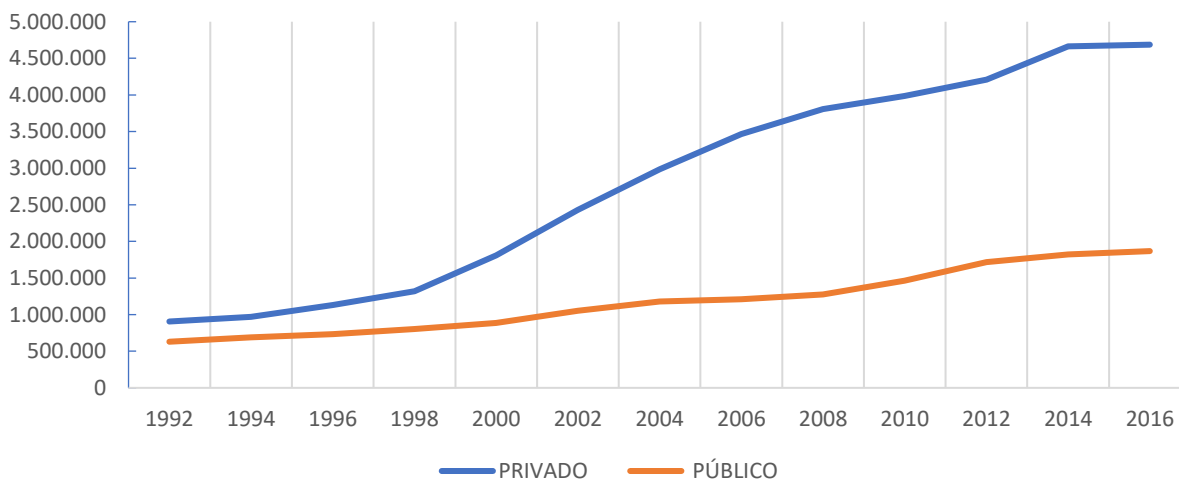
ISSN: 2446-8126



recorte aqui proposto aborda o ensino superior e as pós-graduações que passam por um intenso processo de privatização do ensino ao passo de que o sucateamento e desmonte nos serviços públicos vão sendo bem mais visíveis e cada vez mais intensos.

No entanto, as matrículas no ensino superior e na pós-graduação no período em questão viu seu momento de grande alavancagem no ano de 2016 onde foram registradas 6.554.283 matrículas no ensino superior, neste mesmo ano o número de matriculados e titulado da pós-graduação chegou a 347.035. Ao compararmos com o ano 2000 vimos o salto, no primeiro caso, de 41,1% no número de matrículas, já na pós-graduação esse número comparativo chega 36% de aumento. O período em questão que apontam para o aumento das matrículas têm como protagonista os programas de financiamento estudantil, FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e PROUNI (Programa Universidade para Todos). Estes programas

GRAFICO 1- EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO PRESENCIAL NO BRASIL POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA - 1992 / 2016.



Fonte: INEP. Elaboração Própria.

fizeram com que a população, antes excluída, tivessem acesso à graduação impulsionando os números de matrículas. (Gráfico 1)³.

Segundo o Plano nacional de educação (PNL) “nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior”, portanto nossa análise tem os dados coletados referentes ao período de 1998 a 2016.

Com base no modelo neodesenvolvimentista adotado no Brasil anteriormente contextualizado, percebemos um crescimento no fim do ano de 1990 e início dos anos 2000,

³ Fonte: INEP – Elaboração própria.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



contudo é no período do novo desenvolvimentismo que ocorre um salto nos números de matrículas, entre 2004 a 2007 ocorreu o crescimento no número total de 716,648 mil matrículas público e privado juntas.

No entanto, ainda na análise do gráfico 1, percebe o aumento vertiginoso destas matrículas nas instituições privadas, do qual, em sua maioria, dispõe do ensino, colocando de lado os outros dois pilares da universidade e da formação profissional, a pesquisa e a extensão. Portanto, logo nota-se um caráter voltado ao mercado para o ensino superior brasileiro, donde as instituições privadas visam aderir o fundo público “objeto de disputa entre os detentores do capital e os trabalhadores que, frente à crise, reivindicam a ampliação ou a manutenção das políticas sociais, como forma de proteção social e como parte de suas lutas contra a exploração.” (CHAVES; REIS; GUIMARÃES. 2018, p.3), em outras palavras, vemos o endividamento do Estado, através do financiamento estudantil, para suprir as intenções de lucratividade do setor privado, jogando na lógica do mercado como sendo o que seria capaz de resolver as demandas sociais com qualidade.

Com a crise estrutural do capital nos anos de 1970, o modelo econômico mundial aponta para novas estratégias de expansão de mercados, com a financeirização do capital e com a ideologia neoliberal de que os mercados são autorregulados e desempenham uma ação direta para o bem-estar social. É nessa lógica que o Estado movimenta agindo como um salvador do capital, na particularidade brasileira, “instituições públicas não se prestam ao atendimento às necessidades coletivas, são mal geridas, não atendem bem aos usuários, dentre outros elementos, apregoando-se a valorização do privado nesse contexto e, por conseguinte, o incentivo à expansão privada na oferta de serviços públicos, antes prestados diretamente pelo Estado (FILHO. 2016, p.59).” Ou seja, dando bases para a legitimação de políticas estudantis que valorizem os grandes grupos de ensino, aqui se incluem de forma direta a política Prouni e Fies valorizadas nos governos neodesenvolvimentista.

A pós-graduação segue o aumento, também, constante nas matrículas e titulados, vejamos; no ano de 1998 as matrículas e titulações na pós-graduação stricto sensu chegava a 92.350, e no ano de 2008 foram registradas 196.843, ou seja, ocorreu uma progressão de 104.493 de matriculados e titulados nos cursos de pós-graduação no Brasil e diferente da graduação o aumento deu-se majoritariamente no setor público, como o gráfico 2 nos indica;

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

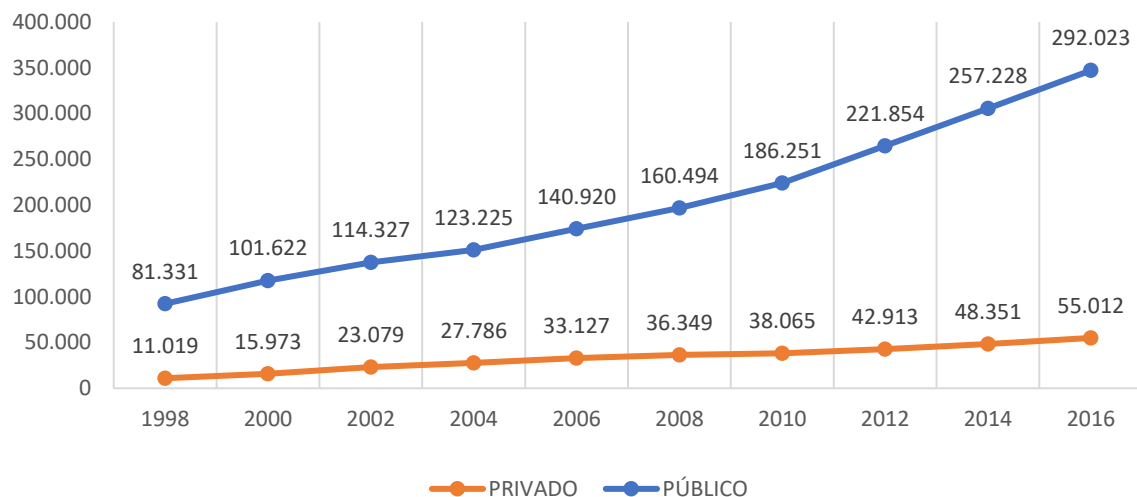
22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



GRAFICO 2 - EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS E TITULADOS NA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL - 1998 / 2016.



Fonte: Geocapes. Elaboração Própria.

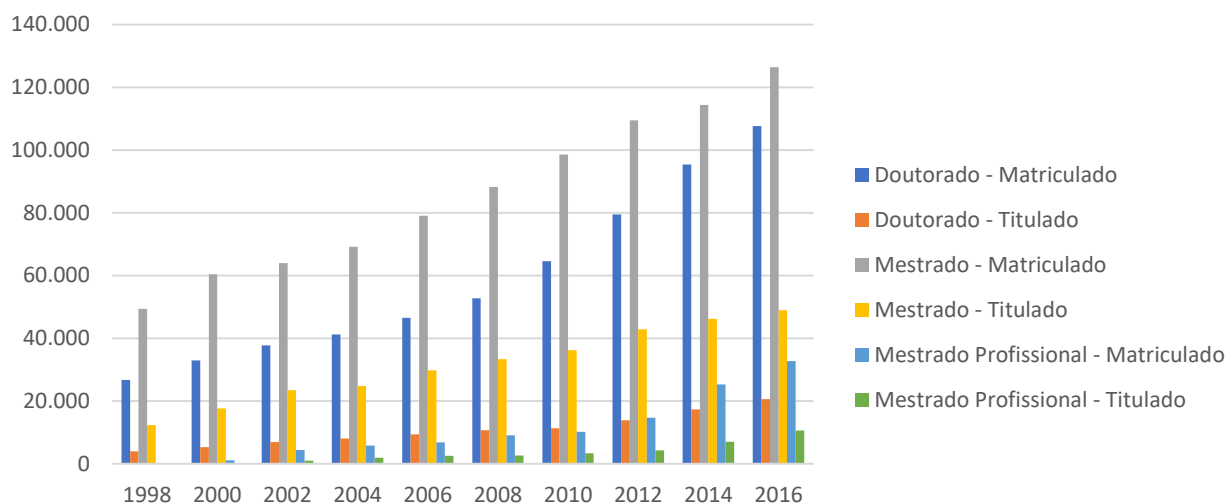
No ano de 2016 foram registrados 266.818 matriculados na pós-graduação e esse número se concentrou mais na região Sudeste com 50% dos matriculados, logo em seguida vem a região Sul com 20%; em seguida Nordeste detendo 19%; o Centro-Oeste 7% e por fim o Norte obtendo apenas 5% dos matriculados.

Ainda com dados na pós-graduação, percebemos uma discrepância muito grande quanto ao número de matrículas e ao número de títulos, não muito distante do que se propôs abordar nesse artigo, mas passível de análise, há a necessidade de se instigar o debate para a compreensão do que gera esse resultado. Os dados apontam que no Brasil no ano de 1998 houve cerca de 26.697 matrículas no doutorado, frente a 3.915 titulações, os números seguem com um aumento mas sem a equiparação da quantidade de titulados frente aos matriculados. Referente ao ano de 2006, houve 107.640 matrícula e apenas 20.603 titulações.



22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UFECE

GRAFICO 3 - EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS E TITULADOS NA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL - 1998 / 2016.



Fonte: Geocapes. Elaboração Própria

Os modelos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados profissionais e acadêmicos e doutorados) se caracterizam o produtivismo acadêmico, o avanço da modalidade de ensino à distância e o aligeiramento na formação que traz muitos impactos na formação profissional e na qualidade do conhecimento produzido nas academias. A discrepância na quantidade de matriculados e titulados nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (Gráfico 3) denota um abandono em massa dos cursos que devem ser analisados de forma a entender a realidade enfrentada por esses estudantes nos anos de exercício do curso, causa essa também ligada a pressão exercida pelos órgãos de fomento à pesquisa que não se isentam da lógica produtivista.

3. Considerações finais

Os governos que se instaurou no Brasil com sua forma política denominado como novo desenvolvimentismo foi a expressão de um movimento contraditório, pois de um lado tivemos uma suposta democratização do ensino com os programas de financiamento, e no outro polo, os grandes investimentos no mercado. Ocorre no Brasil uma política de conciliação de classes. Devido à crise do capital, as franjas dominantes compreendem e possibilitam os programas de assistência aos mais vulneráveis, sem que seus interesses fossem afetados, com indutos de reestruturar o movimento do capital e nesse momento o Estado assume com um aparto importante para essa forma heterodoxa de política no capitalismo. O neodesenvolvimentismo emergiu ignorando as lutas de classes, se vestindo de uma capa social, mas apenas para manter a estrutura inalterada. As políticas focalizadas no

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



modo de produção capitalista são criadas através da obtenção de lucro que não condiz com uma equidade social, o que se ver nesse período é um desdobramento do projeto neoliberal com as políticas voltadas para a valorização do mercado. Assim, as considerações realizadas nesse artigo não buscam findar o debate acerca da temática, mas instigar para que dados sejam atualizados diariamente a fim de que uma maior compreensão acerca do assunto seja elaborada. Buscou-se caracterizar o período com vista nos dados coletados e dar conta, minimamente, da situação da pós-graduação no Brasil que é afetada desde a sua base, na graduação. Conclui-se que as políticas adotadas trouxeram uma falsa ideia sobre a realidade do ensino superior, com promessas do aumento de vagas e qualidade no ensino, mudanças essas que ocorreram na contramão do que foi proposto nos governos Lula/Dilma.

4. Referências

- ARAÚJO, Israel M; CAMARGO, Arlete M. Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate.. Acta Scientiarum v. 40, n. 1 jan.-mar. 2018.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. Revista de Economia Política, vol. 36, nº 2 (143), pp. 237-265, abril-junho/2016.
- _____, TEORIA NOVO-DESENVOLVIMENTISTA: UMA SÍNTESE. CADERNOS do DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.145-165, jul.-dez. 2016.
- CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. Serviço Social e Sociedade. n.112, p.613-636, out./dez., 2012.
- _____, CRESCIMENTO ECONÔMICO E EQUIDADE SOCIAL: o modelo novo-desenvolvimentista de intervenção sobre a “questão social”. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.
- GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez., 2012. • Brasil. Ministro da Educação. Plano Nacional de Educação (PNE) / Ministério da Educação. Brasília: Inep, 2001

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



- GUIMARÃES, André; CHAVES, Vera Lúcia; REIS, Luiz. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. Acta Scientiarum v. 40, n. 1 jan.-mar. 2018.
- KATZ, Claudio. Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo. São Paulo: Expressão Popular, 2016
- MACÁRIO, E.; VALE, E.S.; RODRIGUES JR, N. S. (Orgs.). Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.
- PFEIFER, Mariana. BRESSER-PEREIRA E O PACTO NEODESENVOLVIMENTISTA. Temporalis. Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 11-36, jul./dez. 2013.
- SAMPAIO JUNIOR, Plínio Soares de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Serviço Social & Sociedade, n.112, v. 1, p. 672, out./dez., 2012.